

MAR 1969
29

JORNAL DA TERRA

Economia - Brasil

A coragem política que o governo não tem

Para o Brasil, ainda não há sinal de luz no fim do túnel; a crise é mais grave do que o próprio governo admite; as ilusões e auto-enganos "vêm desde há muito tempo"; não há alternativa aceitável para a política econômica adotada nos últimos três anos. Foram estas, em resumo, as conclusões nada surpreendentes do ministro Delfim Neto em sua entrevista pela TV, domingo, na qual se permitiu uma ligeira autocrítica: "Talvez não tenha havido por parte do governo essa capacidade de transmitir à Nação a profundidade desta crise".

Ainda desta vez o ministro não disse tudo. Limitou-se a descrever o grau ou a intensidade da crise econômica que atravessamos — tarefa, pelo menos, redundante, uma vez que cada cidadão brasileiro a conhece, a despeito da falta de informação oficial —, mas não teve a coragem política de definir a natureza dessa crise nem de datar exatamente as suas origens. Voltou a subordinar as soluções internas ao estado da economia internacional, como se não existissem determinantes básicas e exclusivamente internas para a situação em que nos encontramos.

O ministro do Planejamento, mais uma vez, evitou chegar ao fundo da questão, ainda que saiba-exatamente qual é o ponto central em torno do qual giram a maioria dos problemas que não conseguimos superar. Sabe que no centro da crise há uma questão decisória e política e, talvez por isso mesmo, procura evitá-la por meio de uma retórica bastante conhecida que ainda não foi despojada de uma certa arrogância, como se enunciasse verdades absolutas, definitivas e exclusivas.

Ninguém duvida que, para o Brasil, o fim da fase aguda da crise ainda está longe de ser alcançado. E não apenas por fatores externos, ainda que seja previsível a grande dificuldade para os países devedores recuperarem suas economias mesmo depois que as nações altamente industrializadas venham a superar sua crise, o que já parece começar a ocorrer. Em que pese a total interdependência entre os países devedores e as economias desenvolvidas, que obriga estas, de modo inescapável, a também dependerem da recuperação dos endividados, a verdade é que, entre estes, o Brasil carrega mazelas adicionais de seu recente processo de desenvolvimento. Para alçar voo em direção a uma recuperação salutar, a economia brasileira não depende apenas, de modo algum, da saúde de economias como a norte-americana, a japonesa, a francesa ou a alemã. Tampouco será suficiente retomar, como sugeriu o ministro, suas exportações em ritmo acelerado ou acompanhar uma possível melhora da situação dos países em desenvolvimento.

Mesmo que as condições externas melhorem substancialmente, ainda padeceremos do mesmo mal sobre o qual o ministro Delfim Neto não falou e que atingiu o seu paroxismo a partir do governo Geisel, data que ele também não citou.

O diagnóstico sobre a crise é de natureza política, ainda que os sintomas visíveis sejam, todos eles, econômicos e sociais, em primeiro lugar. Esse diagnóstico está inteiro em outra fala, de outro membro do maxitrio, o presidente do Banco Central, Carlos Geraldo Langoni, no discurso que pronunciou no último dia 22, no Panamá, durante a reunião anual da Assembléia de Governadores do BID. Parece que, lá fora, alguns dos membros do governo se dão ao direito de uma análise mais precisa do que aquelas dirigidas ao seu público interno.

Langoni teve a coragem de ir direto ao ponto central a que nos referimos, quando disse, analisando a "dramaticidade" dos eventos que abalaram o mercado internacional: "Deve-se considerar o gigantismo do setor público e sua tendência para auto-expansão e investimento excessivo, quase sempre à custa de um processo de endividamento interno e externo que fatalmente teria de esbarrar em limites físicos e reais. O déficit público financiado pelo imposto inflacionário é elemento comum na explicação dos desequilíbrios internos de um grande número de países em desenvolvimento".

O retrato afi está. A verdadeira autocrítica do governo brasileiro será feita no dia em que decidir enfrentar o monstro estatal de frente, pois, como temos demonstrado à exaustão em nossos editoriais, não será possível que o Brasil venha a retomar o crescimento econômico apenas com uma solução, de resto ainda impensável, para a dívida externa, mas terá sempre o desastre do endividamento interno para resolver.

As distorções internas a que se referiu em seu discurso o presidente do Banco Central só podem ser enfrentadas politicamente, buscando reverter a política gerada pela criação de um Estado-empresário entre nós, que o ministro Delfim Neto identifica, mas não tem a coragem de denunciar. Acompanhemos o sr. Langoni: "O Brasil também cometeu a sua cota de erros, especialmente no que diz respeito à rigidez institucional traduzida pela presença excessiva do Estado na economia. Por paradoxal que possa parecer, o problema essencialmente político representado pela forma adequada de estabelecer o controle do governo sobre o Estado (grifo nosso) tem-se mostrado na prática mais complexo do que a imposição de regras indispensáveis para operação do setor privado".

Traduzindo: o que o governo tem feito é tentar transferir a crise para o setor privado, já que isto é mais fácil do que controlar o monstro estatal, que, na verdade, é a fonte geradora da crise no plano interno e também causa principal do endividamento externo. E essa tem sido a natureza da política corretiva que o ministro Delfim Neto defendeu como única via aceitável. Um exemplo é o drama atualmente desencadeado em torno da Lei Salarial: o governo só cuidou de revisar a lei quando as estatais se ressentiram da sua existência. Até então não parecia haver equívoco algum.

Enquanto o Brasil não puser em prática a lição política tirada por Langoni da crise atual, segundo a qual é preciso modernizar as instituições de modo a que o governo controle o Estado, continuaremos à deriva, como nosso ministro do Planejamento, que não mais esconde estar sob o completo controle da parafernália estatal, e só nos pede compreensão.